



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC N.º 11095/19  
PARAÍBA PREVIDÊNCIA - PBPREV**

PENSÃO VITALÍCIA. Julga-se legal o ato e correto os cálculos de proventos elaborados pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

**ACÓRDÃO AC1 TC 1761/2019**

**1. DADOS SOBRE A(S) PENSÃO(ÕES):**

**1.1. BENEFICIÁRIO(S):** MARIA DA GUIA GUERRA DE OLIVEIRA MARQUES CAVALCANTI – Vitalícia

**1.2. DADOS DO(A) SERVIDOR(A) FALECIDO(A):**

**1.2.1. NOME:** BERGSON MARQUES CAVALCANTI DE ARAUJO.

**1.2.2. QUALIFICAÇÃO:** Defensor Público - matrícula nº 100.467-1.

**1.3. FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 40, §7º inciso II e § 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03.

**1.4. DATA DO(S) ATO(S):** 16/05/2019.

**1.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** Diário Oficial de 21/05/2019.

**1.6. AUTORIDADE EMITENTE:** Presidente da PBPrev.

**2. RELATÓRIO DA AUDITORIA:** Concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu o registro do ato concessório.

**3. PARECER DA PROCURADORIA:** Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** ao ato de **pensão Vitalícia do(a) beneficiário(a) MARIA DA GUIA GUERRA DE OLIVEIRA MARQUES CAVALCANTI**, favorecido(a) do(a) servidor(a) falecido(a), Sr.(a). **BERGSON MARQUES CAVALCANTI DE ARAUJO**, tendo presentes sua legalidade e os cálculos de proventos efetuados pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.  
João Pessoa, 12 de setembro de 2019.

Assinado 17 de Setembro de 2019 às 10:01



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 17 de Setembro de 2019 às 10:42



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO